



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

ATO TRT7.GP Nº 246, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

Extingue colegiados temáticos do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT-7) e revoga atos normativos a eles relacionados.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) nº 331, de 29 de abril de 2022 que dispõe sobre as diretrizes para concepção, manutenção e gestão dos Sistemas Nacionais adotados pelos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus;

CONSIDERANDO a Resolução CSJT nº 325, de 11 de fevereiro de 2022, que institui a Política de Governança dos Colegiados Temáticos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT);

CONSIDERANDO as proposições apresentadas pela equipe de trabalho encarregada da execução do projeto de adequação dos colegiados temáticos no âmbito regional e a decisão proferida pela Presidência do Tribunal no Processo Administrativo Eletrônico (PROAD) nº 2407/2022, homologando a proposta de adequação dos colegiados temáticos deste Tribunal,

R E S O L V E:

Art. 1º Este Ato extingue colegiados temáticos do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região e revoga atos normativos a eles relacionados.

Art. 2º Extinguem-se os seguintes colegiados temáticos:

I - Comissão para a Efetividade da Execução Trabalhista no âmbito do TRT da 7ª Região;

II - Comitê de Implantação do Cadastro de Liquidação e Execução;

III - Comitê Gestor da Secretaria de Gestão de Pessoas;

IV - Comissão Julgadora para o Credenciamento de Instituições de Ensino Superior para celebração de Acordo de Cooperação Técnica, com vistas ao desenvolvimento e execução de projetos no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, em regime de cooperação;

V - Comissão de Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição;

VI - Comissão a fim de proceder ao inventário do estoque do almoxarifado deste Tribunal-2011;

VII - Comissão com a finalidade de proceder ao inventário do estoque do almoxarifado deste Regional, bem como os bens patrimoniais em uso, tendo por base os balancetes de materiais de consumo permanentes referentes ao mês de dezembro/2012;

VIII - Constituir comissão, com a finalidade de proceder ao Inventário do estoque do Almoxarifado deste Regional, com base nos Balancetes de materiais de consumo relativos ao mês de dezembro de 2015;

IX - Comissão para proceder ao Inventário do Estoque do Almoxarifado do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região – Exercício de 2016;

X - Institui Comissão para proceder ao Inventário do Estoque do Almoxarifado do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região – Exercício de 2017;

XI - Institui Comissão para proceder ao Inventário do Estoque do Almoxarifado do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região – Exercício de 2018;

XII - Comissão com a Finalidade de Proceder ao Inventário do Estoque do Almoxarifado do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região – Exercício de 2021;

XIII - Constituir a Comissão com a finalidade de proceder ao Inventário do Estoque do Almoxarifado - Exercício de 2022;

XIV - Comissão com a finalidade de proceder ao Inventário do Estoque do Almoxarifado - Exercício de 2023;

XV - Comissão com a finalidade de realizar o Inventário de Bens Imóveis - Exercício 2021;

XVI - Comissão constituída com a finalidade de sugerir as temporalidades dos Documentos Eletrônicos constantes no PROAD e no SAF;

XVII - Constitui Comissão com a finalidade de elaborar Projeto de Reforma e de Reestruturação Parcial do Memorial do TRT 7ª Região;

XVIII - Comissão com a finalidade de regularizar, mediante Instrumento Próprio, as Cessões de Uso de Espaço no âmbito do Tribunal;

XIX - Comitê Executivo de Revisão do Regimento Interno;

XX - Comissão para Estudo e Adequação dos Normativos Internos relativos à Gestão Patrimonial do TRT7;

XXI - Comissão constitui Grupo de Estudos Técnicos para implantação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos;

XXII - Comissão para definir os Acordos de Níveis de Serviços (SLAs) dos serviços de Tecnologia da Informação;

XXIII - Comissão Permanente de Sistematização;

XXIV - Comissão com a Finalidade de Elaborar Guia Simplificado de Compra de Passagens e Mapeamento do Fluxo dos Processos de Concessão de Diárias no TRT7;

XXV - Comissão com a finalidade de Regulamentação do Registro, nos Assentamentos Funcionais, de Voto de Louvor, em favor de Servidores;

XXVI - Comissão com a finalidade de implantação do Sistema de Conta Vinculada;

XXVII - Comissão de Ensino a Distância no âmbito do TRT7;

XXVIII - Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho;

XXIX - Grupo Permanente de Gestão de Sistemas Judiciários;

XXX - Comissão para coordenar as Atividades do Programa de Resgate da Memória do TRT7;

XXXI - Comitê Gestor Regional de Implantação do Modelo de Gestão por Competências;

XXXII - Comissão Censitária do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região;

XXXIII - Comissão com a finalidade de rever o Manual de Contratações Públicas do TRT-7;

XXXIV - Comitê de Implantação da Lei de Acesso a Informações no TRT-7;

XXXV - Comissão para adoção dos procedimentos necessários à locação de novo imóvel;

XXXVI - Comitê de Qualidade de Vida no Trabalho;

XXXVII - Comissão Permanente de Cultura do Tribunal Regional do Trabalho da Sétima Região;

XXXVIII - Comissão com a finalidade de acompanhar o Processo de Depreciação, Reavaliação, Redução e Valor Recuperável, Amortização e Exaustão de Bens do TRT7;

XXXIX - Comissão para a Elaboração de Proposta de Regulamentação do Processo de Promoção por Merecimento no âmbito do TRT7;

XL - Comitê de Combate ao Assédio Moral;

XLI - Comissão da Implementação da Resolução CSJT nº 296, de 25 de junho de 2021.

Art. 3º Ficam revogados os seguintes atos normativos:

I - Portaria da Presidência nº 829 de 18 de setembro de 2006;

II - Portaria da Presidência nº 221, de 13 de março de 2009;

III - Ato da Presidência nº 205, de 30 de julho de 2010;

IV - Portaria da Presidência nº 56, de 7 de fevereiro de 2011;

V - Portaria da Presidência nº 294, de 19 de maio de 2011;

VI - Portaria da Presidência nº 420, de 14 de julho de 2011;

VII - Portaria da Presidência nº 580, de 1º de setembro de 2011;

VIII - Ato da Presidência nº 147, de 17 de maio de 2012;

IX - Portaria da Presidência nº 501, de 6 de julho de 2012;

X - Portaria da Presidência nº 516, de 11 de julho de 2012;

XI - Portaria da Presidência nº 525, de 17 de julho de 2012;

XII - Portaria da Presidência nº 603, de 14 de agosto de 2012;

XIII - Portaria da Presidência nº 17, de 15 de janeiro de 2013;

XIV - Portaria da Presidência nº 311, de 17 de maio de 2013;

XV - Portaria da Presidência nº 320, de 20 de maio de 2013;

XVI - Ato da Presidência nº 460, de 12 de agosto de 2013;

XVII - Portaria da Presidência nº 925, de 11 dezembro de 2013;

XVIII - PORTARIA nº 112, de 12 fevereiro de 2014;

XIX - Portaria da Presidência nº 453, de 12 de junho de 2014;

XX - Ato da Presidência nº 474, de 21 de julho de 2014;

XXI - Portaria da Presidência nº 561, de 21 de julho de 2014;

XXII - Ato da Presidência nº 491, de 6 de agosto de 2014;

XXIII - Portaria da Presidência nº 635, de 6 de agosto de 2014;

XXIV - Portaria da Presidência nº 885, de 19 de novembro de 2014;

XXV - Portaria TRT7.DG nº 106, de 13 de março de 2015;

XXVI - Portaria TRT7.DG nº 172, de 14 de abril de 2015;

XXVII - Portaria DG nº 248, de 13 de maio de 2015;

XXVIII - Portaria da Presidência nº 415, 22 de julho de 2015;

XXIX - Portaria DG nº 522, de 4 de agosto de 2015;

XXX - Portaria DG nº 655, de 11 de setembro de 2015;

XXXI - Portaria DG nº 895, de 22 de dezembro de 2015;

XXXII - Portaria da Presidência nº 645/2015;

XXXIII - Portaria da Presidência nº 194, de 14 de abril de 2016;

XXXIV - Portaria da Presidência nº 260, de 19 de maio de 2016;

XXXV - Portaria DG nº 179, de 30 de maio de 2016;

XXXVI - Portaria DG nº 327, de 14 de setembro de 2016;

XXXVII - Portaria DG nº 347, de 30 de setembro de 2016;

XXXVIII - Portaria DG nº 480, de 21 de novembro de 2016;

XXXIX - Portaria da Presidência nº 120, de 15 de março de 2017;

XL - Portaria da Presidência nº 133, de 23 de março de 2017;

XLI - Portaria TRT7.DG nº 374, de 09 de junho de 2017;

XLII - Portaria da Presidência nº 402, de 4 de setembro de 2017;

XLIII - Portaria TRT7.DG. nº 920, de 27 de novembro de 2017;

XLIV - Portaria TRT7.DG nº 946, de 05 de dezembro de 2017;

XLV - Portaria TRT7.DG nº 957, de 14 de dezembro de 2017;

XLVI - Portaria TRT7.DG nº 981, de 27 de dezembro de 2017;

XLVII - Portaria da Presidência nº 01/2018;

XLVIII - Portaria da Presidência nº 25, 24 de janeiro de 2018;

XLIX - Portaria TRT7.GP nº 355, de 10 de julho de 2018;

L - Portaria TRT7.DG nº 1.070, de 05 de novembro de 2018;

LI - Portaria da DG nº 1080, de 7 de novembro de 2018;

LII - Ato da Presidência nº 50, de 11 de abril de 2019;

LIII - Portaria da Presidência nº 180, de 9 de maio de 2019;

LIV - Ato da Presidência nº 94, de 27 de junho de 2019;

LV - Portaria da Presidência nº 288, de 10 de julho de 2019;

LVI - Portaria TRT7.DG nº 923, de 21 de outubro de 2019;

LVII - Portaria TRT7. DG nº 267, de 15 de junho de 2020;

LVIII - Ato TRT7.GP nº 80, de 13 de julho de 2020;

LVIX - Portaria TRT7. DG nº 355, de 30 de setembro de 2020;

LX - Portaria TRT7.SGPe nº 98, de 28 de dezembro de 2020;

LXI - Portaria TRT7. DG nº 08, de 11 de janeiro de 2021;

LXII - Ato TRT7.GP nº 28, de 16 de março de 2021;

LXIII - Portaria TRT7.GP nº 50, de 16 de março de 2021;

LXIV - Ato TRT7.GP nº 38, de 13 de abril de 2021;

LXV - Portaria TRT7.GP nº 107, de 30 de julho de 2021;

LXVI - Portaria TRT7.DG. nº 112, de 6 de abril de 2021;

LXVII - Ato TRT7.GP. nº 38, de 13 de abril de 2021;

LXVIII - Ato TRT7.GP. nº 107, de 21 de julho de 2021;

LXIX - Portaria TRT7.GP nº 101, de 22 de julho de 2021;

LXX - Portaria TRT7.GP nº 107, de 30 de julho de 2021;

LXXI - Portaria TRT7. DG nº 371, de 7 de outubro de 2021;

LXXII - Portaria TRT7.GP nº 138, de 11 de outubro de 2021;

LXXIII - Portaria TRT7. DG nº 539, de 13 de dezembro de 2021;

LXXIV - Portaria TRT7.GP nº 206, de 22 de dezembro de 2021;

LXXV - Portaria TRT7.GP nº 47, de 4 de março de 2022;

LXXVI - Portaria TRT7.GP nº 52, de 8 de março de 2022;

LXXVII - Portaria TRT7.GP nº 215, de 22 de fevereiro de 2022;

LXXVIII - Portaria TRT7.GP nº 328, de 20 de outubro de 2022;

LXXIX - Portaria TRT7.DG nº 982, de 23 de novembro de 2022;

LXXX - Portaria TRT7.GP nº 34, de 7 de fevereiro de 2023;

LXXXI - Portaria TRT7.DG. nº 241, de 23 de março de 2023;

LXXXII - Portaria TRT7.DG nº 878, de 20 de novembro de 2023;

LXXXIII - Ato TRT7.GP nº 191, de 23 de julho de 2024.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Fortaleza, 19 de novembro de 2025.

FERNANDA MARIA UCHOA DE ALBUQUERQUE

Presidente do Tribunal